

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT02.003

# A EDUCAÇÃO FÍSICA E A DANÇA NA ÁREA DAS LINGUAGENS EM DOCUMENTOS CURRICULARES BRASILEIROS

Anderson José de Oliveira<sup>1</sup>

Wilson Alviano Júnior<sup>2</sup>

## RESUMO

Objetivamos, no presente trabalho, realizar algumas discussões relacionadas a diferentes documentos curriculares que embasam a prática de professores de Educação Física vinculados à Educação Básica da cidade de Juiz de Fora - Minas Gerais. Trouxemos elementos constitutivos da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), do currículo do estado de Minas Gerais (Currículo de Referência de Minas Gerais) e, por fim, do currículo da rede municipal da cidade de Juiz de Fora (Referencial Curricular da rede municipal de Juiz de Fora). Analisamos aproximações e distanciamentos que esses currículos, especificamente dentro do componente curricular Educação Física e da temática dança, possuem em relação à área das linguagens numa perspectiva pós-estruturalista. Usamos para fundamentar as discussões, que aqui nos propusemos, autores como Marcos Neira, Dermeval Saviani, Anderson de Oliveira e Nayara Salvador, dentre outros. Utilizamos, para isso, metodologia qualitativa e de caráter bibliográfico. Este trabalho faz parte de estudos realizados no doutorado em Educação do primeiro autor que esteve vincu-

1 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, [andersonjfmgr@gmail.com](mailto:andersonjfmgr@gmail.com).

2 Orientador. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo - USP, [wilson.alviano@ufjf.br](mailto:wilson.alviano@ufjf.br)

lado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Através das reflexões realizadas, foi possível perceber que existem alguns equívocos nas matrizes curriculares, acima referendadas, como o fato de situarem a Educação Física na área das linguagens e ao mesmo tempo imporem um aprendizado embasado em competências e habilidades.

**Palavras-chave:** Educação Física, Currículo, Linguagens.

## INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

O presente artigo trata-se parte de uma pesquisa vinculada ao doutorado em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e aprovada no comitê de ética da referida instituição. Um de seus autores levantou como a dança é trabalhada por diferentes professores de Educação Física das redes municipal, estadual e particular da cidade de Juiz de Fora. Dessa forma foram feitas descrições e análises relacionadas aos documentos curriculares que orientam a prática desses professores como a BNCC, o Currículo do Estado de Minas Gerais e o Currículo da cidade de Juiz de Fora.

Foram feitas considerações tendo em vista, principalmente, aproximações/distanciamentos que esses documentos curriculares, bem como a Educação Física e a dança dentro deles, possuem em relação à teorização sobre a área das linguagens dentro de uma perspectiva pós estruturalista.

Para o pós estruturalismo, na visão de Gramorelli e Neira (2016), a linguagem está em um constante processo de transformação não existindo um enfoque na correspondência entre signo e significado. O pós estruturalismo desconfia de definições filosóficas de verdade, sendo assim, a centralidade não está em saber se algo é verdadeiro ou não, mas sim no entendimento do porquê aquilo se tornou verdadeiro.

Para realizar análises a partir de uma perspectiva pós estruturalista da linguagem foi feito uso de uma abordagem qualitativa através de uma pesquisa bibliográfica. O método qualitativo segundo Mynayo (2014) tem como característica a empiria e a sistematização gradual de conhecimento indo em direção à uma compreensão da lógica que está presente no interior de um grupo ou do processo em estudo.

No que se refere a pesquisa bibliográfica ela tem por finalidade o aprimoramento e atualização do conhecimento através de investigação científica de trabalhos já publicados (Sousa; Oliveira e Alves, 2021).

Tendo em mãos esses instrumentos de pesquisa, foram realizadas, logo abaixo, discussões sobre diferentes documentos curriculares vinculados a distintas redes de ensino da cidade de Juiz de Fora.

## BNCC – PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Começamos falando sobre a BNCC – Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018). A BNCC foi publicada em 2017, após um processo de construção que contou com duas versões provisórias antes da publicação da versão que foi homologada.

Depois da publicação da primeira versão do referido documento, houve a realização de uma consulta pública a diferentes pessoas e entidades ligadas à educação no Brasil e essas sugestões foram incorporadas na segunda versão da BNCC. No caso da Educação Física, havia uma equipe de 12 docentes para realizar esse trabalho. Na transição da segunda para a “terceira” versão, ficaram apenas dois docentes para a produção do documento que foi homologado em 2017. Nesta versão publicada, não houve essa construção “democrática” como aconteceu com a versão anterior.

Convém destacar, também, que a última versão se deu em meio a um golpe de estado que destituiu a então presidente Dilma Rousseff, que foi sucedida por Michel Temer sendo este sucedido por um antidemocrata nas eleições de 2018.

Segundo Oliveira (2020), na versão da BNCC aprovada no ano de 2017, as aprendizagens essenciais devem proporcionar aos estudantes o desenvolvimento de 10 competências que são definidas como mobilização de valores, conhecimentos e atitudes, pleno exercício da cidadania e mundo do trabalho.

Na BNCC, as etapas de escolarização contêm componentes curriculares que estão dentro de áreas de conhecimento. Estas estão divididas em Linguagens (Educação Física, Língua Portuguesa, Arte, e Língua Inglesa); Matemática; Ciências da Natureza (Ciências); Ciências Humanas (Geografia e História;), Ensino Religioso. Como a pesquisa de doutorado que deu

origem ao presente texto está relacionada à prática de ensino de professores de Educação Física, que é um componente curricular dentro da área das linguagens, abordamos logo em seguida essa área na Base Curricular Nacional, no currículo do estado de Minas Gerais e também no currículo juizforano.

## **A ÁREA DAS LINGUAGENS NA BNCC, NO CURRÍCULO DE MINAS GERAIS E NO CURRÍCULO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA**

Segundo a BNCC (Brasil, 2018) as atividades dos seres humanos acontecem em práticas sociais mediadas por distintas linguagens como a verbal, que acontece através da comunicação oral, visual motora (Libras) e escrita. Existe também a linguagem corporal, a visual, a sonora e a digital. Através dessas práticas, os indivíduos interagem entre eles próprios e também com outras pessoas se formando como sujeitos sociais. Nessas relações estão sobrepostos conhecimentos, atitudes, assim como valores éticos, morais e culturais<sup>3</sup>.

Os componentes curriculares da área de linguagem devem proporcionar aos alunos a participação em práticas desenvolvidas em diferentes linguagens, permitindo assim aumentar a sua possibilidade de expressão em manifestações linguísticas, corporais e artísticas bem como ampliar seus conhecimentos em relação a essas linguagens.

As linguagens, que anteriormente eram articuladas, assumem o status próprio de objetos de conhecimento escolar. É central que os alunos se apropriem das peculiaridades de cada linguagem sem que, no entanto, percam a visão da totalidade em que estão situados. É necessário que exista a compreensão, por parte dos discentes, de que as linguagens são

---

3 No Currículo de Minas Gerais além dos valores expostos estão também os valores estéticos. É destacado que a dimensão estética objetiva “possibilitar ao educando a sensibilização e a compreensão das práticas vivenciadas nas diversas áreas de linguagem, de modo que os sentimentos e os afetos se constituam em elementos organizadores de significados na visão de mundo.” (Minas Gerais, 2018, p. 205)

dinâmicas e que a totalidade das pessoas no mundo participam desse constante processo de transformação.

Dentro da BNCC, no Ensino Fundamental 1, os diferentes componentes curriculares tematizam diferentes práticas, em especial as vinculadas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas.

Essas práticas nos dois anos iniciais do ensino fundamental devem ter o foco da ação pedagógica voltado para o processo de alfabetização, porque ler e escrever faz com que os alunos aumentem suas possibilidades de construir conhecimento dentro dos componentes curriculares, devido ao fato de passarem a fazer parte da cultura letrada, participando assim com mais autonomia e protagonismo na vida em sociedade.

Pensando nesses dois últimos parágrafos convém destacar que o termo **tematizar**, dentro da conceituação que adotamos em nossas análises, está vinculado a abordagem de inúmeras possibilidades que podem surgir das leituras e interpretações da prática social de dada manifestação, pretendendo-se com ela, uma ampla compreensão da realidade em foco (Neira; Nunes, 2009).

Se adotamos essa conceituação, acima descrita, considerando o tematizar dentro da área das linguagens, torna-se complexo focar as atividades trabalhadas na Educação Física nos dois primeiros anos do fundamental para que seja atingida a alfabetização dos estudantes. Em que pese a relevância do processo de alfabetização, consideramos fundamental ampliar o repertório de conhecimentos apropriados para cada faixa etária, como as leituras do corpo que dança, leituras do corpo que brinca e assim por diante. Ou seja, o trajeto da criança dentro de outras linguagens diferentes daquela vinculadas à alfabetização dos estudantes. Essa centralidade na alfabetização contrasta com uma proposta de ensino embasada na área das linguagens no componente curricular Educação Física.

Segundo a BNCC, na segunda parte do ensino fundamental, as aprendizagens adquiridas nos componentes curriculares amplificam as práticas de linguagens adquiridas nos anos iniciais. O aprofundamento das práti-

cas de linguagens corporais, artística e linguísticas que são constituídas e constituem a vida em sociedade se dá pela diversificação dos contextos.

É necessário levar em conta o aprofundamento da reflexão crítica sobre os conhecimentos dos componentes da área devido ao fato dos alunos possuírem mais capacidade de abstração. Tal característica não se encerra em si mesma, mas é uma maneira para a compreensão das formas de expressão e participação no mundo dando origem a práticas mais sistematizadas de criação de questionamentos, escolha, organização, análise e apresentação de descobertas e conclusões.

Na BNCC existem seis competências específicas para a área de linguagens. Essas competências também estão presentes no Currículo do Estado de Minas Gerais e no Currículo da cidade de Juiz de Fora. São elas:

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.
3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.
4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.

5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas
6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos (Brasil, 2018, p 65).

Sobre os currículos do estado de Minas Gerais e também da cidade de Juiz de Fora, eles seguem os pressupostos da área de linguagens que foram expostos anteriormente, tendo como referência a BNCC. Para além do que foi dito, o Currículo de Minas Gerais (Minas Gerais, 2018) expõe que junto ao processo de alfabetização, a literatura, as artes e as práticas corporais formam um grupo de linguagens essenciais para a formação estética, sensível, ética e afetiva da criança. Sendo assim, é necessário associar os conhecimentos dos componentes curriculares que compõem essa área para que essa formação seja atingida. É dado destaque às vivências corporais como um elemento estruturador com o objetivo de assegurar o pleno desenvolvimento da criança e seu vínculo com o processo de alfabetização.

Nos anos seguintes deverá existir, por parte dos docentes, o esforço para que seja ampliado o repertório de conhecimentos e vivências das diferentes práticas de linguagens tendo como ponto inicial a formalização dos elementos simbólicos pertencentes a ela.

Neste sentido, o que até então tinha sido prioritariamente conhecido a partir da vivência e da fruição começa a ser formalizado também a partir da dimensão cognitiva. A habilidade de associação entre símbolos, signos e significantes que com-

põem as diversas manifestações expressivas humanas deverá ser consolidada nesta etapa. (Minas Gerais, 2018, p. 206)

Na segunda parte do ensino fundamental o cerne deverá ser a compreensão dos sentidos e significados sociais e culturais de diferentes práticas de linguagens em conformidade com a responsabilidade de se usar a expressão e comunicação para promoção da paz e da prosperidade.

O aprofundamento em relação às regras e às formalidades das línguas que sustentam estas práticas, deverá ser objetivo formativo deste tempo de vivência escolar, pautado no entendimento de suas funções e necessidades. Desta forma, trabalharemos no sentido de formação cidadã, possibilitando que os estudantes ampliem suas capacidades e assumam suas responsabilidades como sujeitos sociais, partícipes de suas famílias, comunidades e demais espaços de construção coletiva. (Minas Gerais, 2018, p. 206)

No que se refere ao Currículo da cidade de Juiz de Fora (Juiz de Fora, 2020) é exposto, inicialmente, nesse documento, que ele está em consonância, no que se refere à área de linguagens, com a BNCC e também com o Currículo do Estado de Minas Gerais. O que é abordado, na parte que fala sobre a área de linguagens, está bem próximo do que foi colocado anteriormente, tanto na BNCC, quanto no currículo do estado de Minas Gerais. Então não serão feitas considerações específicas sobre essa matriz curricular.

## **EDUCAÇÃO FÍSICA E A DANÇA NA ÁREA DAS LINGUAGENS NOS DOCUMENTOS CURRICULARES**

Segundo a BNCC, nas aulas de Educação Física as práticas corporais devem ser trabalhadas como algo pertencente à cultura; que é dinâmico, diversificado, contraditório, singular e pluridimensional. Dessa forma, são dadas condições aos alunos para que eles edifiquem um grupo de conhecimentos que dará subsídios para ampliação de sua consciência vinculada aos seus movimentos e recursos para cuidar dos outros e também de si, desenvolvendo autonomia para fazer uso e apropriar-se da cultura cor-

poral de movimento em diferentes finalidades humanas, fazendo, assim, que participe da vida em sociedade de uma maneira confiante e autoral. Logo em seguida encontra-se a definição do referido componente curricular dentro da BNCC.

A Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo (Brasil, 2018, p. 213).

É dado destaque ao fato de que a Educação Física oferece uma diversidade de possibilidades capazes de engrandecer as experiências de todos aqueles que estão na Educação Básica, dando a eles acesso a um amplo universo cultural, formado por saberes corporais, experiências estéticas, agonistas, lúdicas e emotivas e que não está restrito à racionalidade dos saberes científicos, saberes estes, que são um norte para muitas práticas pedagógicas na escola. Assim, o embasamento em outras formas de expressão que se fundamentam não somente na cientificidade é algo potencial nesse componente curricular na Educação Básica.

A BNCC entende as práticas corporais como aquelas realizadas fora do trabalho, das atividades domésticas, higiênicas e religiosas em que os indivíduos participam sem propósitos específicos e sem caráter instrumental.

Cada prática corporal propicia ao sujeito o acesso a uma dimensão de conhecimentos e de experiências aos quais ele não teria de outro modo. A vivência da prática é uma forma de gerar um tipo de conhecimento muito particular e insubstituível e, para que ela seja significativa, é preciso problematizar, desnaturalizar e evidenciar a multiplicidade de sentidos e significados que os grupos sociais conferem às diferentes manifestações da cultura corporal de movimento. **Logo, as práticas corporais são textos culturais passíveis de leitura e produção.** (Brasil, 2018, p. 214, grifo meu).

As competências específicas do componente curricular Educação Física, no Ensino Fundamental, dentro da BNCC são as seguintes:

1. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual.
2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo.
3. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais.
4. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.
5. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes.
6. Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam.
7. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos.
8. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.
9. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.
10. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de

aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo. (Brasil, 2018, p. 223)<sup>4</sup>

Convém explicar aqui o conceito de competência, pois ele aparece ao longo de toda a BNCC. Competência é definida, nessa base curricular, como uma mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para a solução de demandas complexas do dia a dia, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Para desenvolver uma competência é necessário a mobilização de várias habilidades. Por exemplo, se eu considerar o cargo de diretor de escola como uma competência, eu posso dizer que o professor para chegar a essa competência, ele deve possuir habilidades tais como: gestão administrativa, boa comunicação com a comunidade escolar, gestão de recursos financeiros e assim por diante. É possível notar que para possuir a competência “ser diretor” é necessário a mobilização de várias habilidades.

Segundo Neira (2021) na segunda versão da BNCC, anterior a essa versão homologada, era trabalhada a ideia de objetivos de aprendizagem e essa mudança para a perspectiva das competências é problemática, pois competência é a capacidade de mobilização de conhecimentos anteriores para a solução de problemas e, segundo a literatura da área, se desenvolvem competências a partir de situações-problema.

Assim, quando se trabalha com uma proposta curricular embasada em competências e habilidades, o professor vai organizar situações de ensino que, em sua maioria, tenham paralelo com situações do cotidiano, para que os estudantes mobilizem saberes anteriores, que agora são chamados de habilidades. A competência é um conhecimento de ordem mais complexa que requer a mobilização de habilidades anteriores, uma

---

4 No currículo da cidade de Juiz de Fora são relacionadas as mesmas competências descritas na BNCC. Já no currículo do estado de Minas Gerais existem alguns acréscimos em algumas dessas competências. Como existe uma estrutura comum nessas competências que se mantém nesse currículo, não abordarei especificamente as competências descritas no currículo de Minas.

habilidade fixada que pode ser requisitada em uma situação mais complexa.

O professor que trabalha na escola com a pedagogia das competências situa-se sempre na lógica da gradação mais sofisticada dos conhecimentos que na base se chamam habilidades e são tratadas como aprendizagens essenciais.

A pedagogia das competências surgiu, segundo Saviani (2008), num contexto de reformas educacionais da década de 1990, com a ascensão de governos ditos neoliberais e que, devido a convenções estipuladas por organismos internacionais, promoveram reformas educativas caracterizadas pelo neoconservadorismo. Na visão de Amaral (2022) as teorias educacionais da década de 1990 tinham como objetivo principal servir às exigências do mercado financeiro e equilíbrio fiscal. Nesse contexto, as pedagogias contra hegemônicas iniciam um processo de enfraquecimento, predominando aquelas embasadas no lema “aprender a aprender”.

A educação passa a ter o compromisso de preparar as pessoas para o mercado de trabalho que exige mão de obra qualificada. Nesse contexto, surge a pedagogia das competências pautada no lema acima citado, direcionada à adaptação das pessoas aos interesses do mercado na qual o “objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis, que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade, em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas”. (Saviani, 2008, p. 437)

O trabalho com competências não comunga com a localização da Educação Física na área das linguagens, não comunga com a ideia de que as práticas corporais são textos culturais passíveis de leitura e produção.

Segundo Neira (2021) a Educação Física na área das linguagens tem que cumprir duas funções importantes na escola: qualificar a leitura das práticas corporais e produção de textos através da linguagem corporal.

Em relação a essa primeira função, as práticas corporais tematizadas na escola devem permitir aos estudantes fazerem uma leitura mais elaborada da ocorrência social dessas práticas. Então, se o aluno tem

um primeiro contato com determinada dança, luta ou brincadeira, a sua forma de interpretar aquilo é uma, após a organização de situações didáticas em relação a essa prática feitas pelo professor essa leitura se torna mais qualificada.

Como exemplo dessa modificação dos significados das práticas corporais podemos trazer o caso do break. Ele de uma manifestação marginal<sup>5</sup>, escrito na periferia das cidades, situado em uma cultura popular, foi ressignificado e será uma modalidade disputada nos próximos jogos olímpicos. Então, é interessante que o professor ofereça as crianças informações em sites ou livros ou consultas a pessoas que tenham conhecimento em relação a modalidade que está sendo trabalhada, que permitam que a criança faça uma leitura dessa prática corporal (Neira, 2021).

É possível perceber que não existe uma organização do conhecimento em uma escala gradativa de complexidade organizada pelos professores. Os educadores trazem elementos para que os alunos leiam a prática corporal, mas não estabelecem um ponto inicial de conhecimento corporal que os alunos tenham e que deva ser uma baliza para organizar o que vai ser tematizado na escola.

No que se refere à segunda função, que é a produção de textos através da linguagem corporal, na visão de Neira (2021) uma das razões mais importantes da Educação Física estar nas áreas das linguagens é o entendimento de que quando as pessoas brincam, lutam ou dançam elas produzem textos da linguagem corporal que estão vinculados ao modo de enxergar o mundo do grupo social que esta pessoa está inserida, tem a ver com as formas de pensar, de sentir, de ver o mundo daquelas pessoas que produziram aquelas práticas corporais. Quando a pessoa se envolve na produção daquela gestualidade, ela está ressignificando os traços culturais daquele grupo cultural, daquela identidade cultural a partir de sua própria gestualidade.

---

5 O termo marginal refere-se a algo que está as margens da sociedade

A Educação Física como linguagem tem esse conhecimento, mas a BNCC não chegou a ele porque a base não deixa clara a noção de cultura que ela usa em suas fundamentações teóricas. No entendimento de Neira (2021) a BNCC restringe as significações possíveis das práticas corporais pois ela expõe que essas práticas têm “duas razões de ser”, ou elas ocorrem por questões de saúde, ou elas ocorrem como forma de ocupação do tempo livre.

Há três elementos fundamentais comuns às práticas corporais: movimento corporal como elemento essencial; organização interna (de maior ou menor grau), pautada por uma lógica específica; e produto cultural vinculado com o lazer/entretenimento e/ou o cuidado com o corpo e a saúde. (BRASIL, 2018, p. 213)

Segundo Neira (2018, p. 219) se o objetivo da Educação Física na área das linguagens é tematizar as práticas corporais, espera-se que as pessoas, a partir do referencial abordado pela BNCC, sejam capazes de “ler e analisar a ocorrência social das brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas, reconhecer suas múltiplas significações e reconstruí-las de maneira crítica.”

Do jeito que está exposto nesse documento curricular cria-se um paradoxo entre a área das linguagens e o que está escrito na BNCC, pois as atividades de preparação física, as danças de salão competitivas, o maracatu e inúmeras outras práticas corporais não poderiam ser tematizadas na escola pelo fato de que estariam fora daquilo que fora estipulado, ou seja, abarcaria significados no âmbito profissional, performativo e religioso.

A práticas corporais acontecem na sociedade vinculadas, dentre outras, a questões religiosas, de trabalho, por questões de sobrevivência, por questões de competição, ou seja, existem várias significações ligadas às práticas corporais, no entanto a base reduz demais essas significações. (Neira, 2021). Não apenas tais significações são reduzidas, algumas são simplesmente ignoradas ou excluídas, como por exemplo o debate acerca da temática de gênero.

Nos antigos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, havia um tema transversal denominado “orientação sexual”<sup>6</sup>. Na segunda versão da BNCC, anterior a versão publicada em 2017, a discussão sobre gênero também se fazia presente (Neira, 2017). No entanto, essa discussão foi extirpada da versão homologada da BNCC. Isso aconteceu devido a pressões de setores tradicionalistas da sociedade e se deu, como foi exposto anteriormente, em meio a um golpe de estado<sup>7</sup>.

Localizando tal questão dentro do elemento da cultura corporal dança, tal esvaziamento pode levar que sejam desconsiderados, nessa base curricular, aspectos relevantes para aqueles que vivenciam a dança nas escolas. Assim como mostra Marques (2012) e também Oliveira e Alviano (2023) um dos preconceitos advindos do imaginário social do trabalho com dança na escola é, este elemento da cultura corporal, ser considerado como algo pertencente ao universo feminino. Assim, sua prática por indivíduos do gênero masculino enfrenta resistência no ambiente escolar. Dessa forma, a dança é atravessada por questões vinculadas a gênero e desconsiderar tal fator dificulta que ela seja trabalhada como uma linguagem.

Uma vez discutidas tais questões, chamamos atenção para os objetos de conhecimentos relacionados a dança na BNCC. Eles estão organizados de acordo com a ocorrência social dessas práticas, passando de universos sociais mais restritos (localidade e região) à universos mais amplos (esferas nacional e mundial). No entanto, é expresso que em princípio que “todas as práticas corporais podem ser objeto do trabalho pedagógico em qualquer etapa e modalidade de ensino.” (Brasil, 2018, p. 219).

A dança está relacionada a um grupo de práticas corporais que são tipificadas por movimentos rítmicos que se organizam em passos

---

6 Temas transversais tanto nos PCN quanto na BNCC são temas que atravessam as discussões nos diferentes componentes curriculares. Eles não pertencem a uma área de conhecimento em particular, mas atravessam todas elas.

7 Para mais informações sobre essa questão ver: “OLIVEIRA, Anderson José de; SALVADOR, Nayara Rios Cunha (2020). Currículo, Educação Física e BNCC: onde está Wally, o gênero e a sexualidade.”

e evoluções específicas que estão por consideráveis vezes conectadas a coreografias. Seus objetos de conhecimento são:

- 1º e 2º anos do fundamental 1: danças no contexto comunitário e regional
- 3º e 5º anos do fundamental 1: danças do Brasil e do mundo
- 6º e 7º anos do fundamental 2: danças urbanas
- 8º e 9º anos do fundamental 2: danças de salão

Em relação ao Ensino Médio, não existem especificações sobre a dança. Estas estão presentes apenas no ensino fundamental. Após a reformulação desta etapa de ensino e a adoção do chamado “novo ensino médio” existe uma flexibilidade em relação ao que os alunos cursarão durante o período que estarão na escola.

O fato de todas as práticas corporais poderem ser trabalhadas em todas as etapas vai ao encontro da Educação Física na área das linguagens, pois diferentes modalidades de dança podem ser trabalhadas com os alunos e significadas em sua prática cotidiana. No entanto, o fato de as danças de salão e as danças urbanas serem trazidas somente na segunda etapa do ensino fundamental, dá a ideia de que elas não deveriam ser trabalhadas no fundamental 1, o que contrasta com uma proposta que considere a existência social dessa prática na realidade em que os alunos vivem. Se as danças de salão e as danças urbanas estão na prática social dos alunos, elas devem ser trabalhadas/ tematizadas com os estudantes independente da etapa de escolarização em que estejam, esse pressuposto é inclusive defendido pelo currículo cultural da Educação Física segundo o qual o trabalho na escola deve se pautar pela ocorrência social das práticas corporais. (Neira, 2019).

Para além do que foi exposto até aqui, convém destacar que no Currículo de Minas Gerais (Minas Gerais, 2018) é expresso que o fato da Educação Física estar na área de linguagens demonstra uma mudança de paradigma devido ao fato de mostrar que a gestualidade humana é

mais do que relações neuro motoras advindas de processos fisiológicos que estão relacionados ao movimento humano sendo compreendida, “como forma, meio de expressão e comunicação repleta de sentidos e significados produzidos e reproduzidos, criados e recriados nos espaços de mediação social e cultural.” (Minas Gerais, 2018, p. 557). Desse pressuposto surge as práticas corporais organizadas como Cultura Corporal de Movimento como o objeto de estudo da Educação Física no ambiente escolar.

Ter como objeto de conhecimento a Cultura Corporal de Movimento na Educação Física valoriza e legitima os sentidos e significados construídos dentro da sociedade e da cultura como partes integrantes das diferentes formas de ação e expressão corporais dos seres humanos.

Cada estudante, que participar das aulas de Educação Física na Educação Básica deve ter, portanto, a oportunidade de reconhecer e ampliar seu repertório corporal, orientado por princípios e valores solidários, inclusivos e sustentáveis, capazes de conhecer a produção humana de práticas corporais, entendendo-as mutáveis, vivas, fruto da cultura e das interações sociais e assim podendo refletir e agir criativamente sobre elas. (Minas Gerais, 2018, p. 558).

A partir do Currículo de Minas Gerais e de ampla discussão na comunidade escolar que defina suas necessidades e peculiaridades, é preciso que sejam construídos documentos norteadores como o Projeto Político Pedagógico (PPP). Essa construção deve ser realizada de forma coletiva e interdisciplinar, contemplando objetivos atuais e inovação nas estratégias formativas.

Um aspecto a se destacar sobre o Currículo do estado de Minas Gerais é que ele, além de se referendar na BNCC, está apoiado em um documento, específico de Minas Gerais, anterior a essa Base Nacional, e que é chamado de CBC (Currículo Básico Comum). No CBC existe algumas diretrizes, dentre elas, uma denominada “As práticas corporais como linguagem”.

Essa diretriz tem como pressuposto que, para compreender a existência do ser humano no mundo, é necessário ter conhecimento sobre o corpo e conhecimento vivido no corpo, porque é através dele que são construídos significados, espaços são ocupados, são realizadas comunicações, interações, sendo os sujeitos constituídos em suas identidades individuais e coletivas. Com base nesse pressuposto que as práticas corporais são identificadas como linguagem.

Como educadores, precisamos construir estratégias de ensino que auxiliem nosso aluno a desenvolver suas capacidades de ler, de interpretar e de produzir diversos textos com seus corpos – jogando, caminhando, dançando, brincando. Para isso, a escola precisa também observar diariamente os diferentes discursos pronunciados pelos corpos dos alunos com o intuito de compreender e atender a suas demandas específicas e coletivas (vontade de beber água, de ir ao banheiro, de comer, de movimentar-se, de descansar, de ser abraçado, de levantar-se da carteira, etc. (Minas Gerais, 2018, p. 566).

O Currículo de Minas salienta que, no contexto educacional, a linguagem oral e escrita ainda ocupa lugar central nas intervenções pedagógicas se as compararmos como outras linguagens que também são importantes na formação humana. Devido a esse fato, a escola precisa levar em conta além da escrita e da oralidade, a linguagem do corpo no esporte, no jogo, na dança etc.

Destacamos aqui um ponto de contradição no currículo de Minas Gerais: ao mesmo tempo em que ele afirma que é necessário dar mais enfoque na linguagem do corpo, ele, assim como a BNCC, aponta a centralidade da linguagem escrita no primeiro e segundo ano do ensino fundamental.

Em relação à dança, que é uma das temáticas contidas no currículo mineiro dentro do componente curricular Educação Física, é expresso que as músicas e canções carregam valores e sacralidades das culturas nas quais foram criadas e reproduzidas. Na abordagem da dança no ambiente escolar fica a cargo do professor levar para os alunos uma compreensão das diferentes dimensões que podem estar ligadas a essa expressão da

cultura humana, tais como a sua dimensão histórica, culturas e territórios, gestos e cânones etc., além de criar um ambiente que estimule a capacidade de criação e autoria.

Em Minas Gerais, devem ser valorizadas as manifestações relacionadas as danças regionais. “Elas compõem, estruturam e se relacionam a um acervo cultural riquíssimo que fornecem identidade, visibilidade e prestígio ao nosso estado, muito além de suas fronteiras.” (Minas Gerais, p. 577)<sup>8</sup>

Finalizando a exposição dos três documentos curriculares que me propus a analisar, abordarei o currículo da cidade de Juiz de Fora.

Segundo esse currículo, a Educação Física se insere na área de linguagens estando presente no 1º e 2º períodos da Educação Infantil como também nos ensinos fundamental 1 e 2, devendo as aulas, desse componente curricular, estarem a cargo de um professor licenciado em Educação Física.

Tal diretriz é bastante importante, tendo em vista que existe a possibilidade de a Educação Física ser ministrada por outros professores que não sejam graduados na área. Como exemplo dessa situação, cito o caso ocorrido aqui no estado de Minas Gerais<sup>9</sup>, que através da “Resolução SEE nº 2.741 de janeiro de 2015”, regulamentou por um período de tempo as aulas de Educação Física serem ministradas pelo regente das turmas do ensino fundamental 1, na ausência de um professor formado em Educação Física. Tal situação fazia com que professoras (es) formadas (os) em pedagogia fossem responsáveis por um componente curricular para o qual não tiveram uma formação acadêmica para trabalhar.

---

8 Convém destacar que não foi feito um processo de adaptação dos antigos CBC ao novo currículo de Minas Gerais. O processo de junção dessas duas matrizes curriculares foi realizado em uma dinâmica de transcrição literal. Copiaram os antigos CBC e os colaram no Currículo de Minas Gerais que já era quase que uma colagem da BNCC. Em relação ao currículo mineiro houve adaptações nele em relação a nossa base nacional comum curricular, mas não foram, segundo minha análise, alterações significativas, que ampliassem a compreensão da Educação Física na área das linguagens.

9 Disponível em <https://sindutemg.org.br/wp-content/uploads/2017/11/2741-15-r.pdf>. Acesso em 25 jul. 2023

O currículo de Juiz de Fora explana que durante a trajetória desse componente curricular diferentes significações e práticas educacionais foram e são realizadas. Passando por perspectivas que se pautavam no aspecto biológico do ser humano até perspectivas mais próximas das ciências humanas, como a perspectiva crítico superadora, de viés crítico e a perspectiva do currículo cultural, de viés pós-crítico. Essa últimas valorizam a Educação Física escolar, legitimando-a como um componente curricular importante para que estudantes possuam uma formação humana e cidadã.

Sobre o fato de a Educação Física estar na área das linguagens, é relatado que isso requer a compreensão de que os gestos e movimentos corporais dos seres humanos são formas de comunicação e expressão, colocando esse componente curricular como sendo aquele que opera com a linguagem corporal e essa está sempre ligada a diversidade socio-cultural presente na sociedade e também na escola.

Tematiza-se o conhecimento vinculado à Educação Física através de práticas corporais que surgem e se modificam dentro das relações socio-culturais e que denotam diferentes sentidos. Estes, em suas totalidades, são importantes e válidos na formação humana de nossas crianças e estudantes.

A Educação Física é significada, desse modo, como uma prática cultural, que pode contribuir para a compreensão dos diversos sentidos e significados que foram e são atribuídos pelos diferentes grupos socioculturais que coexistem na escola e na sociedade; sentidos e significados estes que estão imersos em relações de poder e que produzem discursos legitimadores ou não das diferentes práticas corporais. (Juiz de Fora, 2020, p. 299).

Os estudantes, nessa perspectiva, são percebidos como atores sociais, culturais, políticos e históricos e sujeitos ativos em suas aprendizagens, que se utilizam de diferentes práticas corporais para se expressarem através da interação com seus pares. Eles produzem e reproduzem a cultura,

constroem significações de mundo partindo de si mesmos e de peculiaridades que estão ao seu entorno.

Dessa maneira, a Educação Física é relevante na formação dos estudantes devido ao fato de que, através de seus distintos conhecimentos contribui para inserção e reinserção e na reflexão das práticas corporais como constructos culturais pertencentes a diferentes grupos dentro de uma sociedade

Em relação aos possíveis elementos da cultura corporal que podem ser abordados na Educação Física são relacionados: atividades circenses, esporte, jogos e brincadeiras, lutas, ginásticas, práticas corporais de aventura e **dança**. A próxima citação refere-se a esse último elemento elencado.

Na Educação Física, a Dança pode proporcionar a investigação e análise do corpo em movimento entendido sob diferentes aspectos, devendo ser extrapolada sua vivência apenas como divertimento ou montagem de coreografias para festas e comemorações na escola. É importante que se agregue ao ensino da Dança o conhecimento histórico dessa prática corporal, sua contemporaneidade, seus saberes populares e artísticos, de forma a proporcionar experiências que possam promover a expressividade, a criatividade e a reflexão crítica de crianças e estudantes. (Juiz de Fora, 2020, p. 308).

A abordagem da dança como uma manifestação e não uma atividade que se resume às montagens coreográficas para eventos festivos comunga com o ideário sobre a dança na área das linguagens.

O currículo de Juiz de Fora coloca como importante a vivência rítmica nas esferas profissional, esportiva ou de lazer pois ela permite melhor percepção cinestésica contribuindo para a realização de diversos movimentos com mais fluência, gerando, dessa maneira, mais prazer na realização das tarefas.

A escola pode utilizar dos movimentos que advêm dos próprios estudantes, além de levar em conta conhecimentos que os alunos não possuem. O incentivo à criatividade, utilizando para isso diferentes ritmos,

pode propiciar exploração do espaço, permitindo inclusive a criação de movimentos que podem ser realizados de maneira individual ou coletiva.

Aquilo que for trabalhado dentro da Dança no ambiente escolar deve ser feito de uma maneira prazerosa para que os alunos possam refletir sobre o mundo em que estão situados, atuando de uma maneira crítica, transformadora e autoral, através de sua expressão de gestos e movimentos corporais.

O incentivo à criatividade, exploração do espaço, criação dos movimentos comunga com o ideário anteriormente exposto sobre a dança e a Educação Física na área das linguagens. No entanto, estabelecer que a dança deve ser trabalhada de uma maneira prazerosa é algo que ultrapassa os limites de uma proposta de dança na escola. Devido as diferentes significações que os alunos podem atribuir a diferentes práticas de dança que tenham em seu cotidiano escolar, pode ser que, algumas delas, se vinculem a representação dos alunos possuem como algo não prazeroso. Entendemos, tendo em vista a conceituação de linguagens que adotamos durante as discussões que realizamos, que tentar limitar as atividades a um critério vinculado ao “prazer” é algo improvável de ser alcançado. Talvez a palavra “lúdico” no lugar de “prazeroso” fosse mais adequada.

Finalizando as discussões que nos propusemos a fazer nesse momento, partiremos para nossas últimas considerações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber, através das discussões realizadas até agora, que as matrizes curriculares que orientam a prática dos professores da cidade de Juiz de Fora, assim como de Minas Gerais e também do Brasil, contêm alguns equívocos em suas conceituações no que se refere à Educação Física na área das linguagens. No entanto, o fato desse componente curricular figurar dentro dessa área é uma avanço para essa disciplina no ambiente escolar.

Esses currículos servem como referência para a prática de inúmeros professores, no entanto, a construção do conhecimento na escola passa por diferentes questões que estão além das matrizes curriculares. Sendo assim, é necessário, como nos propusemos no presente texto, trazer para a discussão, questões vinculadas aos documentos curriculares brasileiros para que sejam criadas condições para que estes docentes organizem suas aulas de uma maneira que atenda às necessidades de seus alunos em relação ao seu aprendizado de diferentes práticas corporais dentro de uma perspectiva vinculada a área das linguagens, ou seja, possibilitar que os discentes sejam leitores e escritores daquilo que vivenciam nas aulas de Educação Física dentro do ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Manoel Francisco. Educação e epistemologias: críticas à pedagogia das competências à luz da pedagogia histórico-crítica. **Filosofia e Educação**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 65-91, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8668490>. Acesso em: 06 nov. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 02 jan. 2023

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 07 jan. 2023

GRAMORELLI, Lilian Cristina; NEIRA, Marcos Garcia. Concepções de cultura corporal e seus reflexos no ensino da Educação Física. In: NEIRA, Marcos Garcia (Org). **Educação Física Cultural**. São Paulo: Ed. Blucher, 2016. v. 4. p. 87-103.

JUIZ DE FORA. Secretaria de Educação. **Referencial Curricular da rede municipal de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2020. Disponível em: [https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/escolas\\_municipais/curriculos/arquivos/2020/referencia\\_curricular\\_rede\\_municipal\\_de\\_juiz\\_de\\_fora.pdf](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/escolas_municipais/curriculos/arquivos/2020/referencia_curricular_rede_municipal_de_juiz_de_fora.pdf). Acesso em: 06 nov. 2023.

MARQUES, Isabel. Linguagem da Dança: arte e Ensino. In **TV Escola**. Salto para o Futuro – Dança na escola: arte e ensino. Abr., 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE nº 2.741 de janeiro de 2015**. Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica. Jan., 2015. Disponível em: <https://sindutemg.org.br/wp-content/uploads/2017/11/2741-15-r.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed., São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Currículo de Referência de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018. Disponível em [https://drive.google.com/file/d/1ac2\\_Bg9oDsYet5WhxzMIreNtzy719UMz/view](https://drive.google.com/file/d/1ac2_Bg9oDsYet5WhxzMIreNtzy719UMz/view). Acesso em 06 nov. 2023.

NEIRA, Marcos Garcia. Terceira versão da BNCC: retrocesso político e pedagógico. In: Conbrace, VII Conice, 2017, Goiânia. Anais [...] online, 2017. p. 1-6. Disponível em: [https://www.gpof.fe.usp.br/teses/marcos\\_38.pdf](https://www.gpof.fe.usp.br/teses/marcos_38.pdf). Acesso em: 26 jul. 2023

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Rev. Bras. Ciências do Esporte**. p. 215-223, jul.-set., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/m5NJP57PQnCCxZZtCsdjsqL/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física Cultural: inspiração e prática pedagógica**. 2ª Ed. Jundiaí, São Paulo: Paco, 2019.

NEIRA, Marcos Garcia. Educação Física na BNCC: análise e implementação. **Youtube**. Abr., 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=57Gli\\_56Tqs](https://www.youtube.com/watch?v=57Gli_56Tqs). Acesso em: 23 abr. 2021.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mario Luiz Ferrari. **Educação Física, currículo e cultura**. São Paulo:Phorte, 2009.

OLIVEIRA, Anderson José de; SALVADOR, Nayara. Rios Cunha. Currículo, Educação Física e BNCC: onde está Wally, o gênero e a sexualidade. **Revista de Estudos Interdisciplinares**. v.2, n. 3, maio/jun., 2020. Disponível em: <https://>

revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/31. Acesso em: 06 nov. 2023.

OLIVEIRA, Anderson José; ALVIANO JUNIOR, Wilson. Danças de salão na educação física e projetos de dança: possibilidades de atuação. **Arquivos em Movimento**. Rio de Janeiro, v.19, n.1, p. 239-255, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/57424>. Acesso em: 06 nov. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83, 2021.